

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Geociências
Licenciatura em Geografia

Guilherme Daré Da Silva

**Vestibular da UFRGS:
os caminhos e obstáculos de alunos/as da escola pública para a aprovação**

Porto Alegre

2021

Guilherme Daré Da Silva

Vestibular da UFRGS:

os caminhos e obstáculos de alunos/as da escola pública para a aprovação

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em Geografia
do Instituto de Geociências da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto

Porto Alegre

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva, Guilherme Daré
Vestibular da UFRGS: os caminhos e obstáculos de
alunos/as da escola pública para a aprovação /
Guilherme Daré da Silva. -- 2021.
48 f.
Orientador: Élide Pasini Tonetto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Vestibular . 2. Editais. 3. Ensino Superior
Público. 4. Democratização. I. Tonetto, Élide Pasini,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO (Obrigatório) – Não colocar título

Guilherme Daré Da Silva

Vestibular da UFRGS:

os caminhos e obstáculos de alunos/as da escola pública para a aprovação

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em Geografia
do Instituto de Geociências da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto

Aprovado em: Porto Alegre, [Clique aqui para inserir uma data]..

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Denise Wildner Theves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Me. Éder Luis da Silva Rodrigues
Curso Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares

AGRADECIMENTOS

Agradecer a UFRGS, apesar de tudo, os recursos públicos envolvidos me proporcionaram um ensino de qualidade com excelentes professores/pesquisadores. Muito Obrigado e viva a universidade pública.

Agradecer as aprendizagens com estudantes e o pessoal dos cursinhos populares, em especial ao SOS Pré-vestibulares.

À minha orientadora, Profa. Élide Pasini Tonetto, por sempre se mostrar disposta a me ajudar com materiais, recomendações e principalmente com a sua empatia por compreender alguns momentos delicados na minha jornada.

Deixo meu muito obrigado aos professores Éder Luis da Silva Rodrigues e Denise Wildner Theves, por aceitarem compor a banca examinadora.

Aos meus pais, Weneton e Vera, por todo incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica, vocês são meus maiores exemplos na vida. Amo vocês!

A minhas irmãs, Aline e Gabrielle que sempre estiveram ao meu lado, fazendo com que nossa amizade e amor, e todos os momentos de descontração me motivasse todos os dias. Amo vocês. Não esquecendo dos meus cunhados Leandro e Viviane.

Aos meus avós Leontina, Tibiriça e Osvaldo que infelizmente não estão mais no plano físico, mas sei que estão muito felizes. A vó Jô representará vocês.

Aos meus amigos “Geopatrícios” pelos momentos de sorrisos na universidade, tensão nas horas das provas, mas principalmente pela nossa amizade. Muito obrigado!

Ao grupo da “Fundação” por me estarem comigo desde a infância, ter a amizade de vocês me deu força para enfrentar diversas barreiras ao longo desses anos de graduação. Deixo aqui um agradecimento especial para alguns membros do grupo: Natan, Léo, Alexson e Marcos.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a discutir a ação dos concursos vestibulares como um dos agentes impeditivos para que tenhamos um avanço no processo de universalização do Ensino Superior público gratuito no Brasil, fazendo-se necessário uma diminuição da escala de estudo para se averiguar com maior precisão possíveis barreiras impostas pelos vestibulares para que o aluno que concluiu a Educação Básica em uma escola pública e se encontra em uma classe socioeconômica mais baixa obtenha sua vaga na universidade. Esta pesquisa se inicia com uma breve análise sobre a democratização do Ensino Superior nacional, discutindo pontos importantes como: Interesses do capital na educação, implementação de políticas públicas conquistada a partir das lutas de determinados grupos e a importância de cursinhos populares na conscientização social e preparação dos estudantes. Esse breve estudo macro, contribuiu para um enfoque maior no principal ator do trabalho, que são os vestibulares da UFRGS de 2011 até 2018 e seus editais, apresentando pontos cruciais: Disposições Gerais, Provas Comuns e Pré-classificação e Classificação, proporcionando realização de possíveis correlações dos seus itens com avanços e atrasos no que se refere a ampliação do acesso ao Ensino Superior público no Brasil. Trazemos, como referenciais teóricos estudos que agregaram para este trabalho educacional, econômico e social, com apontamentos que podem proporcionar recursos de análise para este trabalho, trazendo reflexões de Guarnieri, Silva, Picanço, Oliven, Bello, dentre outros autores que possam cooperar com esta pesquisa. Através das análises dos editais de 2011 até 2018, percebe-se que apesar de avanços relacionados com a instauração de políticas públicas, o vestibular da UFRGS segue com seu DNA meritocrata dando continuidade a uma segregação do público presente em sua universidade, deixando evidente que ainda temos um longo caminho a percorrer para a democratização/universalização do Ensino Superior público e gratuito.

Palavras-chave: Vestibular. Democratização. Ensino Superior. UFRGS. Edital.

ABSTRACT

This paper proposes to discuss the action of the entrance exams contests as one of the agents that prevent us from advancing in the process of democratization of free public higher education in Brazil, making it necessary to reduce the scale of study to investigate more precisely possible barriers imposed by the college entrance examination contests so that the student who concluded his basic education in a public school and is in a lower socioeconomic class obtains his university place. This research begins with a brief analysis of the democratization of higher education in Brazil, discussing important points such as: the interests of capital in education, the implementation of public policies conquered through the struggles of certain groups, and the importance of popular courses in the social awareness and preparation of students. This brief macro study contributed to a greater focus on the main actor of the work that are the entrance exams for the UFRGS from 2011 to 2018 and their edicts, presenting crucial points: General Provisions, Common Tests and Pre-classification and Classification, providing the realization of possible correlations of their items with advances and delays regarding the expansion of access to public higher education in Brazil. We bring, as theoretical references studies that added to this educational, economic and social work, with notes that can provide analysis resources for this work, bringing reflections of Guarnieri, Silva, Picanço, Oliven, Luciane Bello, among other authors who can cooperate with this research. Through the analysis of the public announcements from 2011 to 2018, it can be seen that despite advances related to the establishment of public policies, the vestibular of the UFRGS continues with its meritocratic DNA, continuing a segregation of the public present in its university, making it evident that we still have a long way to go for the democratization of free public higher education.

Keywords: Entrance exam. Democratization. Higher Education. UFRGS. Notice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Vagas oferecidas para o curso de Medicina via vestibular da UFRGS de 2014.....	16
Quadro 2. Vagas oferecidas para o curso de Geografia via vestibular da UFRGS de 2014.....	16
Gráfico1. Percentual de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa entre 2009 e 2019.....	20
Quadro 3. Vagas oferecidas para o curso de medicina via vestibular da UFRGS de 2011.....	24
Quadro 4. Vagas oferecidas para o curso de Geografia via vestibular da UFRGS de 2011.....	24
Figura 1. Editais dos Vestibulares UFRGS: o sol da pesquisa.....	28
Quadro 5. Apresentação geral dos Editais.....	29
Quadro 6. Disposições Gerais dos editais; Itens 1.1, 1.2 e 1.4.....	31
Quadro 7. Disposições Gerais dos editais; Item 1.5.2.....	32
Quadro 8. Disposições Gerais dos editais; Item 1.5.4.....	35
Quadro 9. Provas Comuns; Item 5.15.....	37
Quadro 10. Organização dos quatro dias de provas.....	38
Quadro 11. Critérios de eliminação.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ES – Ensino Superior

CPVP – Cursos Pré-Vestibulares Populares

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

Q1 – Quadro 1

Q2 – Quadro 2

MEC – Ministério da Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ONU – Organização das Nações Unidas

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

CV – Concurso Vestibular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SISTEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 Do macro ao micro: A democratização do Ensino Superior brasileiro.....	14
3.2 Cursinhos populares um agente contra a segregação chamada Vestibular	18
3.3 Políticas afirmativas e o vestibular da UFRGS.....	22
4 A GÊNESE DO VESTIBULAR DA UFRGS: UMA ANÁLISE DOS EDITAIS DE 2011 ATÉ 2018	27
4.1 Antes de mais nada: O que são os editais?	27
4.2 Disposições gerais dos editais	31
4.3 Provas comuns.....	36
4.4 Pré-Classificação e classificação	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO A – LISTA DOS EDITAIS DOS CV DA UFRGS UTILIZADOS NA PESQUISA E SEUS RESPECTIVOS LINKS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Como um estudante que fez todo Ensino Fundamental e Ensino Médio em uma escola pública, o Ensino Superior por muitas vezes pareceu algo distante da minha realidade, mesmo a Escola Estadual de Ensino Médio Padre Réus, em Porto Alegre-RS, na qual, fui discente, tendo como um dos seus focos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular da UFRGS, acabei sentindo na própria pele a dificuldade de um aluno do ensino público com a prova do vestibular da UFRGS.

Já como acadêmico de Geografia na UFRGS, passei a ministrar aulas em cursinhos pré-vestibulares populares, em que o público é majoritariamente de baixa renda e oriundo de escolas públicas, essa experiência como professor fez com que eu obtivesse uma percepção ainda maior do quão fora da realidade e distante de uma universalização do Ensino Superior nós estamos, pois o vestibular é um processo com um viés completamente meritocrata e exclusivo.

Classificado por muitos como um exame com nível de dificuldade menos elevado, a prova de Geografia dificilmente é gabaritada no vestibular da UFRGS, deixando evidente a discrepância com a realidade da educação básica brasileira. Em uma entrevista para a revista Cult no ano de 2011, o educador Rubem Alves diz “Os vestibulares são uma aberração porque, quando o aluno termina o segundo grau, ele já tem direito de entrar na universidade. Os exames existem somente para escolher, dentre os que passaram, aqueles que tiveram melhores notas”.

Dito isto, esse trabalho pretende mostrar a desigualdade que está impregnada no sistema educacional brasileiro, partindo de uma análise macro para uma melhor compreensão e exatidão da raiz do problema, até chegar ao principal objeto de estudo: a não universalização do Ensino Superior brasileiros, tomando como referência os sistema de ingresso via concursos vestibulares da UFRGS do ano de 2011 até 2018 e seus editais. Um aluno para ter acesso ao Ensino Superior, principalmente público e gratuito, deve passar por uma bateria de provas, na qual, foge da realidade de muitos estudantes, com um destaque maior para aqueles que realizaram seu ensino

básico nas redes pública de educação¹, tendo por vezes obstáculos socioeconômicos, dentre outros, que contribuem de forma negativa no seu desempenho escolar.

Além de realizar uma análise crítica ao sistema de ingresso por meio do concurso vestibular e a dificuldade das suas respectivas provas, será ressaltado dois agentes importantes para uma redução da desigualdade no Ensino Superior, são eles: 1) a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como lei de cotas; 2) os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares (CPVP).

Para uma melhor compreensão da importância das ações afirmativas como a política de cotas, serão inspecionados os Editais do vestibular da UFRGS de 2011 até 2018, a fim de verificar a distribuição e ocupação de tais vagas destinadas. Em relação aos CPVP, é de extrema importância ter conhecimento sobre seu papel para os/as estudantes, pois muitas vezes deixa de ser somente uma preparação para uma prova, e passa a ser um agente de transformação social, modificando a vida destes estudantes sendo assim, dialoga e promove o que preconiza o Art. 205. da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 01)

Diante destas questões, este estudo tem como objetivo geral: analisar o sistema de ingresso via prova de vestibular da Universidade federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2011 e 2018 dessa forma, verificando os possíveis obstáculos estruturais do processo impostos aos candidatos para a obtenção da vaga na universidade.

E como objetivos específicos: a) Apresentar a estrutura do sistema de ingresso via vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, perante uma análise dos Editais entre os anos de 2011 e 2018; b) Esmiúçar dentro dos editais se houve inserção de políticas públicas, a fim de diminuir as desigualdades do ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e c) Identificar se na estrutura dos editais dos vestibulares da UFRGS de 2011 até 2018 há pontos repulsores que levam o candidato a eliminação dos respectivos concursos.

¹ Em linhas gerais, ressaltadas as diferenças inerentes a cada rede e sua distribuição territorial, tendo em vista a heterogeneidade existente em cada uma delas (Municipal, Estadual e Federal), o que foge do escopo deste trabalho.

Traçar os objetivos permite se estruturar de maneira mais coesa e organizada a trabalho, fragmentando-o em mais quatro capítulos. O capítulo 2 Sistema Teórico- Metodológico, apresentando a abordagem utilizada ao longo da escrita, neste caso posto em prática o método misto. No capítulo 3 - Referencial Teórico, é realizada uma revisão bibliográfica aprofundada em autores que utilizam como objeto principal de suas obras: A educação superior, discutindo possíveis avanços e obstáculos no seu processo de democratização. A análise feita no capítulo 3 conduz de forma ideal uma transição o capítulo 4 – A Gênese do Vestibular da UFRGS: Uma Análise dos Editais de 2011 até 2018, no qual, apresenta o grande astro da pesquisa: Os vestibulares da UFRGS e os seus editais, que atuam como uma viga em grandes construções, ou seja, sustentando esse procedimento meritocrata e exclusivo como forma de ingresso a universidade pública, agindo como um agente de repulsão, principalmente da população mais pobre e que realizou a Educação Básica em escolas públicas.

2 SISTEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO

O vestibular e a democratização do Ensino Superior brasileiro, por vezes, pode se tornar um assunto muito polêmico, passando a necessitar de um caminho teórico-metodológico de pesquisa para auxiliar na busca pelos objetivos do trabalho, desta forma, a presente pesquisa utiliza uma abordagem mista, implementando abordagens simultâneas (CRESWELL; ROCHA; SILVA, 2007).

Deste modo, os caminhos teórico-metodológicos seguidos nessa pesquisa, se expandem para uma revisão teórica sobre a universalização do Ensino Superior, nossa escala geográfica maior de análise, trazendo contribuições de diversos, como: (KLITZE e SATO, 2020), (PICANÇO, 2016), (NETTO PEREIRA, 2018), (D'AVILA, 2003), (OLIVEN; BELLO, 2017) e (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017), o que acaba nos levando a uma escala geográfica menor, que é o principal objeto desse trabalho, o vestibular da UFRGS.

A utilização de diversos autores em uma revisão bibliográfica corrobora para uma melhor análise de um tema tão amplo, indo ao encontro do que (PARAÍSO, 2012) chama de “Estratégias descritivo-analíticas”, pois, “Ao construirmos nossas metodologias traçamos, nós mesmos/as, nossa trajetória de pesquisa buscando inspiração em diferentes textos, autores/as, linguagens, materiais, artefatos.” (PARAÍSO, 2012, p.34).

Além da utilização de artigos científicos, livros e teses, foi necessária uma pesquisa um pouco mais ampla, inserindo a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também como conhecida como Lei de Cotas, o uso da Constituição Brasileira Federal de 1988, além da utilização do Censo da Educação Superior de 2019, fazendo com que houvesse uma complementação de assuntos abordados pelos autores utilizados no referencial teórico.

Para obter uma melhor compreensão de como o sistema do concurso vestibular pode ser um dos agentes impeditivos de uma democratização do Ensino Superior, foi abordado no presente trabalho o que (CRESWELL; ROCHA; SILVA, 2007) chamam de projeto de levantamento, trazendo à tona questões socioeconômicas, no qual, um levantamento de dados passa ser de extrema

importância para identificar uma possível segregação ocasionada pelo vestibular. Assim, foram levantados dados sobre distribuição de vagas nas diferentes modalidades disponíveis e o número de candidatos lotados em cada uma, permitindo a realização de uma análise mais crítica em relação a possíveis disparidades.

Outro fator importante para uma aproximação do objeto de estudo, foi realizar um recorte, indo do macro ao micro. Não seria possível ter um entendimento sobre o vestibular UFRGS, considerado neste estudo como regional, se não fosse abordado, mesmo que de maneira mais direta, o âmbito nacional da educação brasileira, esse trânsito entre escalas, corrobora para uma conexão dos textos abordados e uma fluidez maior da pesquisa (PARAÍSO, 2012).

Na segunda parte da pesquisa, foi realizada uma análise de oito editais do concurso vestibular da UFRGS, indo do ano de 2011 até 2018, anos escolhidos pelo motivo de uma transição das políticas afirmativas para implementação da Lei de Cotas de 2012 dentro da UFRGS, fazendo com que se tenha de forma mais precisa uma análise sobre possíveis avanços democráticos do acesso de grupos historicamente excluídos ao Ensino Superior. Para tal, se fez necessário a realização de um recorte de pontos chaves, para uma melhor compreensão sobre a possível segregação da população, ocasionada pelo vestibular, dito isso, os principais temas/pontos dos editais analisados foram: Disposições Gerais; Provas Comuns; Pré-classificação e Classificação.

Ao trazer à tona os editais dos concursos vestibulares de 2011 até 2018, a pesquisa tende a mostrar se houve ou não avanços democráticos no Ensino Superior, agregando aos referenciais teóricos abordados na primeira parte da pesquisa, desta forma, indo ao encontro dos métodos mistos de (CRESWELL; ROCHA; SILVA, 2007), já que o mesmo se diz que o método misto “amplia a discussão sobre um problema de pesquisa que incorpora tanto a necessidade de explorar como a de explicar” (CRESWELL; ROCHA; SILVA, 2007, p.211).

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O presente capítulo aborda possíveis avanços e impeditivos para a ocorrência da democratização do Ensino Superior (ES) no Brasil, trazendo pontos cruciais que tem entre si correlações importantes para a pesquisa, fazendo com que seja possível uma análise mais ampla sobre a educação superior e os seus obstáculos. São eles: os cursinhos pré-vestibulares populares e a sua contribuição para a inserção de alunos oriundo de escolas públicas e de baixa renda na universidade, avanços nas políticas afirmativas e a luta de grupos contra a segregação no meio universitário, além de analisar algumas nuances da relação do capital com a educação superior.

Para tais apontamentos, se fez necessário uma ampla revisão bibliográfica, aprofundando-se em alguns autores que remetem suas obras à democratização do Ensino Superior e da própria educação brasileira, fazendo com que a utilização de seus trabalhos passe a contribuir de forma significativa para o andamento e qualificação da pesquisa como um todo.

3.1 Do macro ao micro: A democratização do Ensino Superior brasileiro

O ingresso ao Ensino Superior é para muitos a porta para melhores condições de vida, porém, vamos analisar no presente capítulo possíveis barreiras e avanços relacionados ao acesso a democratização do Ensino Superior (ES) no Brasil, e o quanto esses processos se refletem no vestibular da UFRGS.

A educação é, em parte, refém de políticas governamentais, pois para se ter uma proposição e implementação de políticas que incorporem as pautas dos movimentos sociais é preciso que se tenha diálogo e negociações com diferentes governos, no caso do Brasil, passa a ocorrer tal incorporação das pautas a partir do fim da década de 1990 e início dos anos 2000, com a implementação de programas sociais, fazendo com que o Ensino Superior ficasse mais acessível para a população Brasileira (KLITZE e SATO, 2020).

Com a efetuação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e do Programa Universidade para Todos (Prouni) pela

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, ambos projetos do governo federal, houve uma heterogeneização da rede privada de Ensino Superior brasileiro, pois os subsídios do poder público, fizeram com que se tornasse viável a entrada da população de baixa renda nas universidades (PICANÇO, 2016).

Ao ter como objeto de estudo desse trabalho, o vestibular² e o ingresso na UFRGS, a Lei 12.711/2012 também conhecida como Lei de cotas, passa a ser um agente importante nos moldes de seleção dos candidatos, já que 50% das vagas em instituições federais deverão ser destinadas para estudantes que realizaram o ensino médio na rede pública de educação, segundo a referida Lei de Cotas.

Apesar do avanço em políticas públicas nas últimas décadas Picanço (2016) aborda o quanto o espaço universitário segue sendo majoritariamente elitista, pois “existe uma percepção comum de que os ricos dominam as universidades públicas, na verdade os ricos dominam o acesso ao Ensino Superior, seja ele privado, seja público” (PICANÇO, 2016, p. 121). O vestibular é uma das ferramentas que ajudam a manter a elitização do Ensino Superior, em que a meritocracia acaba imperando na conquista de uma vaga, desta forma (WHITAKER, 2010, p. 290) afirma “o sistema Capitalista ao mesmo tempo promete e nega sucesso escolar, profissional e econômico à maioria da população”.

Veja os Quadros 1 e 2, elaborados pelo autor com dados extraídos do Edital do concurso vestibular da UFRGS de 2014, a seleção do referido edital se deve ao fato de ser o segundo ano com as categorias “Ensino Público Renda Superior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio”, “Ensino Público Renda Inferior”, “Ensino Público Renda Inferior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio”, inseridas após a implementação da Lei de Cotas de 2012, colaborando assim, para uma análise mais precisa da implementação desta política na UFRGS.

Tais quadros têm como finalidade apresentar o número de vagas oferecidas e preenchidas nos cursos de Medicina e Geografia no vestibular da UFRGS, assim auxiliando uma melhor compreensão dos cursos com seus respectivos públicos e o mercado de trabalho.

² Os vestibulares são como o corpo humano que tem como órgão principal o coração, nesse caso, são os editais, desta forma, fazendo com que ambos se complementem como objeto principal no trabalho.

Quadro 1 - Vagas oferecidas para o curso de Medicina via vestibular da UFRGS de 2014.

CURSO DE MEDICINA	VAGAS OFERECIDAS	VAGAS OCUPADAS	MÉDIA DO 1º COLOCADO	MÉDIA DO ÚLTIMO CANDIDATO COM A VAGA
Acesso Universal	98	98	818,70	755,45
Ensino Público Renda Superior	10	10	754,22	738,95
Ensino Público Renda Superior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio	10	10	731,66	657,60
Ensino Público Renda Inferior	11	11	754,47	716,23
Ensino Público Renda Inferior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio	11	11	692,93	622,67

FONTE: organizado pelo autor, 2021, com os dados disponíveis em

<https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2014/LOTACAO.HTM>. Acesso em: 06 set. 2021.

Quadro 2 - Vagas oferecidas para o curso de Geografia Diurno via vestibular da UFRGS de 2014.

CURSO DE GEOGRAFIA – DIURNO	VAGAS OFERECIDAS	VAGAS OCUPADAS	MÉDIA DO 1º COLOCADO	MÉDIA DO ÚLTIMO CANDIDATO COM A VAGA
Acesso Universal	20	20	636,98	524,55
Ensino Público Renda Superior	2	3	516,69	514,35
Ensino Público Renda Superior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio	2	1	510,84	510,84
Ensino Público Renda Inferior	3	4	512,78	451,42
Ensino Público Renda Inferior Autodeclarado Preto/Pardo/Índio	3	2	478,62	447,98

FONTE: organizado pelo autor, 2021, com os dados disponíveis em

<https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2014/LOTACAO.HTM>. Acesso em: 06 set. 2021.

O Q1 e Q2 proporcionam uma melhor análise sobre uma questão da elitização dos cursos, nas quais, começam mesmo antes do aluno ingressar na universidade, essa diferenciação se nota perante os inscritos para o vestibular, no qual, o curso de Geografia³ socialmente de menor valorização do profissional no mercado de trabalho

³ Piso salarial dos professores no ensino básico segundo o Ministério da Educação (MEC) é de R\$ 2.886,24.

se comparado a Medicina⁴, possui uma densidade 3,07 candidatos por vaga, enquanto medicina é o curso com maior densidade 57,06 candidatos por vaga (DENSIDADE⁵ DE CANDIDATOS POR CURSO, 2014)⁶.

Pode se tornar indissociável a relação da escolha de um curso e o mercado de trabalho, a questão da oferta e demanda promovida pelo capital acaba se fazendo presente também na educação. O ingresso ao Ensino Superior através de um exame, faz com que essas desigualdades escolares tornem-se visíveis, uma diferenciação de classes, na qual, irá se refletir futuramente na sociedade em um âmbito geral (KLITZE e SATO, 2020).

O concurso vestibular acaba se tornando um agente divergente do processo democratizador do Ensino Superior brasileiro, pois carrega consigo um conjunto de procedimentos muito maior que uma prova, a sua segregação se inicia no momento de inscrição e vai até o último dia de exame.

Em nome de preparar para tal concurso - que nem todos os jovens fazem, nem todos que fazem passam e, mesmo entre os que passam, nem todos precisam do estudo de especificidades típicas de determinadas carreiras -, deixa-se de propiciar a tais jovens acesso a conhecimentos nas diferentes áreas dos quais todo cidadão precisaria apropriar-se para entender-se, entender e comprometer-se com o mundo em que vive. Impõe-se a reflexão de que tais jovens não serão químicos, físicos, geógrafos, historiadores ao final do ensino médio. Eles são cidadãos do mundo, e, para assumirem tais papéis, devem ser preparados. (XAVIER, 2010, p.94).

Deste modo, o vestibular se torna mais um agente segregatório entre a população e a universidade pública. Em uma entrevista para a revista Cult (ALVES, 2011) diz que os vestibulares são uma aberração, a frase vai ao encontro de um processo de meritocracia na sociedade brasileira, tal qual, acaba se abrangendo em esferas socioeconômicas, fazendo com que o sistema educacional acabe sendo atingido.

As políticas públicas no âmbito educacional, principalmente durante os anos 2000, fizeram com que a população pertencente a uma classe social mais baixa, conseguisse o acesso à universidade, mas isso não fez com que o ambiente universitário deixasse de ser elitizado (PICANÇO, 2016). A distribuição de vagas com

⁴ Piso salarial de medicina segundo a Federação Nacional dos Médicos (FENAM): R\$ 16.106,38 por jornada de 20 horas semanais.

⁵ A densidade é obtida pelo número de candidatos por vaga em um determinado curso.

⁶Disponível em: https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2014/densidade_2014.htm. Acesso em: 06 set. 2021.

a Lei de cotas acabou contribuindo para uma maior heterogeneização dos estudantes nas universidades brasileiras, mas ainda há muitos outros desafios para tornar as universidades brasileiras mais plurais, oferecendo condições de permanência e de diálogo com seus contextos sociais, dentre outras demandas e necessidades dos estudantes que nela ingressam.

Com um olhar geográfico, para uma melhor compreensão das dificuldades do ingresso perante o vestibular da UFRGS, foi preciso ampliar o estudo para uma escala geográfica maior, nesse caso o Brasil, e ir reduzindo para uma escala regional. As possíveis barreiras impostas pelo sistema educacional brasileiro, são refletidas na UFRGS, assim como a implementação de políticas públicas e ações sociais, por isso, é importante abordar, ainda que de forma breve, o papel dos cursinhos pré-vestibulares populares e as políticas afirmativas, como agentes questionadores e/ou amenizadores de tais barreiras.

3.2 Cursinhos populares um agente contra a segregação chamada Vestibular

A democratização do Ensino Superior brasileiro é algo cercado de desafios, fazendo com que diversos agentes atuem para fazer com que mais pessoas consigam o ingresso a uma universidade pública. No caso da UFRGS, ainda mantém seu tradicional vestibular com nove disciplinas, são elas: Matemática, Português, Redação, Literatura, Línguas Estrangeiras, Geografia, História, química e Biologia, nas quais, cada uma das nove provas⁷ contém vinte e cinco questões, totalizando 225 questões, com conteúdo diversos dentro delas, o que acaba afastando ainda mais um aluno de escola pública, pois a sua formação escolar muitas vezes não condiz com os assuntos abordados ou com a maratona de preparação conteudista presente em escolas privadas, cursinhos preparatórios e afins.

Além disso, alunos advindos de famílias humildes, que realizaram Ensino Fundamental e Ensino Médio na rede pública, com diversas barreiras, acabam por ter maiores dificuldades em exames tão elitistas e meritocráticos. Segundo (NETTO PEREIRA, 2018, p. 34) “os Cursinhos Populares surgem como consequência, no campo educacional, das lutas políticas pelo acesso universal ao Ensino Superior

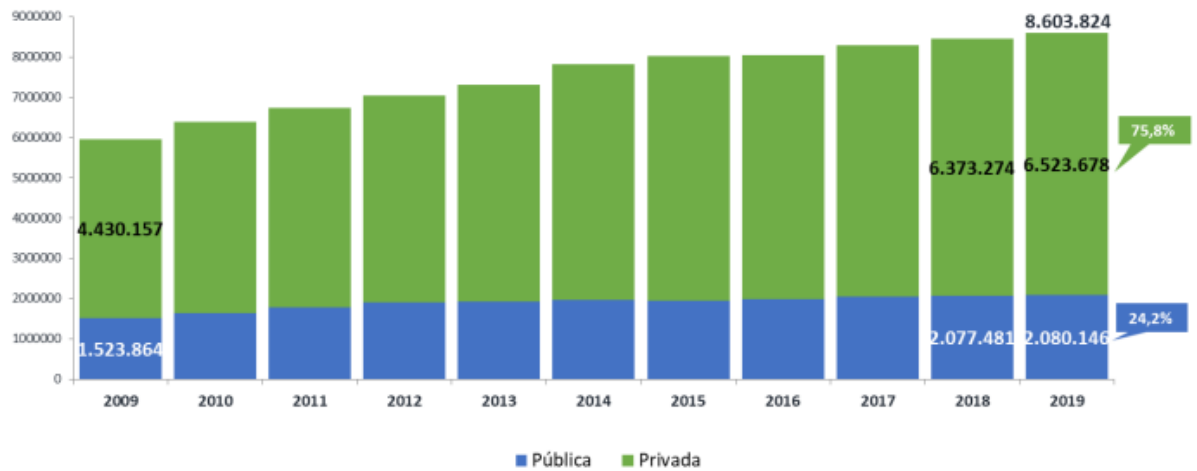
⁷ Link para o acesso as provas do concurso vestibular da UFRGS: <http://www.ufrgs.br/coperse/provas-e-servicos/baixar-provas>

público e gratuito”, a fala do autor, remete a importância dos cursos populares como combatentes a um sistema que por vezes se torna repulsivo.

Um cursinho pré-vestibular popular abrange um auxílio para os estudantes que vai além dos conteúdos cobrados nos exames, pois há uma preocupação com a formação cidadã, algo que seja familiar ao aluno, que está presente em seu espaço de vida, isso diferencia os cursos populares dos privados, nestes últimos há uma espécie de mercantilização educacional, no qual, o aluno que tem condições vai lá e paga pelo processo preparatório (NETTO PEREIRA, 2018). A mercantilização do próprio processo preparatório, acaba reforçando a elitização do ambiente universitário, que tem seu início nos diversos exames classificatórios (Enem, vestibulares etc.).

O vestibular pode por muitas vezes amedrontar, tendo em vista, a carga de conteúdos cobrados em diferentes áreas, pode fazer que um aluno com diversas dificuldades ao longo da sua escolarização não se enxergue dentro de uma universidade pública ,como a UFRGS por exemplo, e isso vai ao encontro com o que realmente o mercado deseja (NETTO PEREIRA, 2018). O censo da educação superior de 2019, ver Gráfico 1, converge com o pensamento do referido autor, sobre como a expansão do Ensino Superior está ligada às demandas do mercado, e reforçando o argumento de que há inúmeros desafios para efetivar a democratização no Ensino Superior. Neste sentido, reitera-se o quanto os cursinhos populares são parte integrante dos processos inclusivos da população brasileira nas universidades.

Gráfico 1 – Percentual de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa entre 2009 e 2019



Fonte: NOTAS ESTATISTICAS CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

Ao analisar o Gráfico 1, dois elementos merecem ser destacados: o primeiro é a diferença nos números de matrículas na rede privada, que detém 75,8% das matrículas em cursos de graduação, contra apenas 24,2% na rede pública; segundo é o aumento de vagas no setor privado, enquanto a rede pública segue em uma constância, principalmente entre 2012 e 2019. Tendo em vista tal disparidade no número de matrículas, apresentada no Gráfico 1, o trabalho de um cursinho popular se torna mais amplo, deixando de ser um trabalho conteudista, que visa única e exclusivamente o vestibular. Mesmo esse sendo um dos agentes segregatórios do público inserido nesse ambiente, os cursinhos populares passam a contribuir na formação de cidadãos com pensamento crítico e político, para seguir na luta contra um sistema desigual que impera na atual sociedade (NETTO PEREIRA, 2018).

O ambiente de respeito mútuo dentro da educação popular é algo estabelecido entre todos, indo ao encontro com o que diz (PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010, p. 4) “o trabalho desenvolvido pelos cursinhos populares, por meio da socialização oriunda das relações horizontais de reciprocidade, pode influenciar positivamente as noções psicológicas das pessoas envolvidas nos projetos”. Ao citar as noções psicológicas é de certa relevância entender o contexto, no qual, o aluno está inserido na sociedade, desta forma, ao retratar o objetivo dos cursinhos e as condições dos indivíduos matriculados, “os cursinhos populares e alternativos surgem

e passam a representar a luta pelo acesso das classes menos favorecidas ao Ensino Superior” (SIMÃO; NETO; TORRES, 2020, p.64).

O fator psicológico é uma barreira enorme no trajeto de um vestibulando, pois nesse processo preparatório, há diversos fatores que acabam afetando um aluno, estando diretamente atrelado ao contexto social. No caso dos que estão inseridos em cursos populares, boa parte destes, tem que trabalhar para ajudar em casa⁸, entre outras questões, o que faz com que estes estudantes tenham menos tempo para focar de forma exclusiva em nove matérias diferentes mais a redação, que trata-se de exigência do vestibular da UFRGS, neste processo seletivo de ingresso.

O vestibular faz com que a conquista de uma vaga em uma das graduações na UFRGS seja algo completamente meritocrata, sendo assim, vestibulandos inseridos nas classes sociais mais pobres acabem sendo excluídos, e o pior, se sentindo não pertencentes a universidade (PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010), os cursos populares ajudam na compreensão dos alunos sobre a importância deles dentro desse espaço universitário, mostrando sua relevância perante uma luta para se democratizar o Ensino Superior brasileiro.

Em primeiro lugar, eles são inúteis (vestibulares). Os supostos saberes exigidos para os exames estão condenados ao esquecimento. Eu não passaria nos vestibulares, nossos reitores não passariam nos vestibulares, os professores de cursinhos não passariam nos vestibulares. Os especialistas em português tomariam diante dos problemas de física e química. Os professores de física e química tomariam diante das questões de análise sintática. Memória ruim? Não. Memória inteligente. (ALVES, 2005, p.1)

As provas do vestibular da UFRGS contêm vinte e cinco questões, de diversos assuntos da área dentro de uma mesma prova, a fala de (ALVES 2005) em seu artigo publicado para A folha de São Paulo⁹, reforça o grau de dificuldade dos exames, fugindo de pessoas com formações acadêmicas e professores dos cursinhos, já que os mesmos são “especialistas” em uma matéria e não em nove.

Os cursos populares buscam amenizar as dificuldades que são impostas aos vestibulandos advindos de escolas públicas, e que além disso, por muitas vezes se enquadra em um quadro de exclusão social perante a sociedade (PEREIRA; RAIZER;

⁸ Atuar como professor em um cursinho pré-vestibular popular entre 2017 e 2021 me apresentou tal realidade dos alunos, pois muitos me relatavam que não conseguiam ficar até o final da aula, pois tinham que ir para o trabalho, sendo essa renda fundamental para ajudar nas despesas da sua residência.

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1812200513.htm>

MEIRELLES, 2010), sendo assim, os cursos populares acabam por tentar agir como um limite convergente¹⁰ de placa em meio de uma Pangeia¹¹ que é o vestibular, e o que ele ainda representa (ou dificulta) para a democratização do Ensino Superior no Brasil.

O sonho de muitas pessoas após encerrar o Ensino Médio é ingressar no Ensino Superior, ao longo deste capítulo vimos, que entre 2009 e 2019 as matrículas nos cursos de graduação estão inseridas no Ensino Superior privado (INEP, 2019), o que acaba indo ao encontro das vontades do capital, que mantem a relação entre oferta e procura garantida, já que para se ter acesso a um Ensino Superior público, o vestibulando é submetido a uma bateria de provas, nas quais, acabam por afastar muitas pessoas deste sonho, e inflar a demanda das instituições de Ensino Superior privadas.

Desta forma, os cursos populares são um dos agentes amenizadores das desigualdades brasileiras, pois tem como um dos seus objetivos a democratização do Ensino Superior. Além disso, trabalham muito mais que os conteúdos, que serão cobrados nas nove provas mais redação, como é o caso do vestibular da UFRGS, via de regra eles ajudam a formar pessoas com pensamentos críticos, para confrontar o sistema e mostrar que a universidade pública é para todos, e que o vestibular é algo elitizado.

3.3 Políticas afirmativas e o vestibular da UFRGS

Pensar nos desafios para um aluno ingressar nas universidades públicas brasileiras requer pensar em processos de inclusão, como algo amplo e multifacetado, pois há diversos processos e fatores a serem considerados. Para ingressar na UFRGS via vestibular, o candidato precisa passar por uma bateria de provas que passaram por modificações ao longo do tempo, seja no número de questões ou nos dias de provas. O vestibular pode acabar sendo um dos principais fatores de exclusão ao Ensino Superior público no contexto brasileiro, especialmente de um estudante com menores recursos socioeconômicos, nesta perspectiva inserem-se as políticas

¹⁰ Limites convergentes ocorrem quando as placas tectônicas se movem uma em direção a outra, havendo uma colisão lenta umas com as outras.

¹¹ Pangeia é a reunião de todas as massas propiciando a formação de um único supercontinente.

afirmativas dentro do corpo universitário, como fruto das reivindicações de diferentes movimentos sociais.

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, as ações afirmativas foram implementadas no vestibular da UFRGS antes da Lei de Cotas em 2012. Em 2008, 30% das vagas passaram a ser destinadas para alunos oriundos do ensino público e a metade dessas vagas, se encaixavam no processo de autodeclaração racial, seria o começo de um passo contra um abismo histórico que faz com que a universidade seja um lugar elitista (OLIVEN; BELLO, 2017).

O espaço universitário, nesse caso, específico o da UFRGS, acaba sendo visto por muitas vezes como um ambiente homogêneo, e sua história passa a nos remeter esse sentimento. A elitização vai da estrutura de determinados prédios de cursos tido como mais importantes, pois são os mais valorizados no mercado de trabalho atualmente e conseqüentemente maior concorrência no processo classificatório chamado vestibular (OLIVEN; BELLO, 2017).

O sistema tem suas maneiras de reger a regra do jogo conforme os seus interesses, o vestibular é um agente inserido em tal jogo, que por muitas vezes acaba gerando segregação. Desta forma “esse exame, ao medir uma forma de mérito baseado no domínio enciclopédico do conhecimento de disciplinas acadêmicas, seleciona os alunos mais bem classificados, em sua maioria estudantes brancos da elite e da classe média” (OLIVEN; BELLO, 2017, p. 345).

As ações afirmativas que foram inseridas no vestibular da UFRGS de 2008 a 2012, tiveram um papel importante para uma maior democratização, a fim de deixar o espaço universitário mais heterogêneo, porém a distribuição de vagas e procura por determinados cursos acaba se dando de uma forma desequilibrada, principalmente na ocupação de vagas destinadas ao público pertencente as ações afirmativas (OLIVEN; BELLO, 2017).

Para se ter uma melhor compreensão das ações afirmativas, os Quadros 3 e 4 apontam alguns elementos importantes e que ilustram os argumentos apresentados por Oliven e Bello (2017), ou seja, a diferença entre vagas oferecidas e vagas ocupadas em cursos com maior e menor concorrência, trazendo, como exemplo, os cursos de Medicina e Geografia, para uma análise de como o desequilíbrio na distribuição de vagas e na procura ocorrem no exame vestibular da UFRGS.

Para a realização da análise em questão, os Quadros elaborados pelo autor tem como partida dados do edital de 2011, a fim de mostrar o processo de migração

das ações afirmativas para a implementação da Lei de cotas, que fez com que se aplicasse as categorias de ingresso nos anos seguintes. Para isso levou-se em consideração o número de vagas e lotação, além das formas de ingresso com as ações afirmativas que antecederam a implementação da Lei de Cotas.

Quadro 3 - Vagas oferecidas para o curso de medicina via vestibular da UFRGS de 2011.

	VAGAS OFERECIDAS	VAGAS OCUPADAS	MÉDIA DO 1º COLOCADO	MÉDIA DO ÚLTIMO CANDIDATO COM A VAGA
Acesso Universal	98	98	809,54	748,81
Ensino Público	21	41	747,23	701,69
Ensino Público autodeclarado negro	21	1	688,97	688,97

FONTE: organizado pelo autor, 2021, com os dados disponíveis em

<https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2011/listao/LOTACAO.HTM>. Acesso em: 20 set. 2021.

Quadro 4 - Vagas oferecidas para o curso de Geografia Diurno via vestibular da UFRGS de 2011.

	VAGAS OFERECIDAS	VAGAS OCUPADAS	MÉDIA DO 1º COLOCADO	MÉDIA DO ÚLTIMO CANDIDATO COM A VAGA
Acesso Universal	20	20	615,89	532,36
Ensino Público	5	9	531,93	472,19
Autodeclaradonegro	5	1	423,32	423,32

FONTE: organizado pelo autor, 2021, com os dados disponíveis em

<https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2011/listao/LOTACAO.HTM>. Acesso em: 20 set. 2021.

Os Quadros 3 e 4 mostram dados importantes para se ter uma noção do ingresso de alunos cotistas na universidade. Há um desequilíbrio evidente na ocupação de vagas de ensino público autodeclarado negro, e ambos estão sendo evidenciados nos dois cursos. O curso de medicina tem por natureza histórica um ingresso elitista, diferente do curso de geografia, em que a densidade é menor, isso influencia o número de total de vagas que são ofertadas. A profissão de médico é de extrema importância para a sociedade, mas a de professor não é diferente, porém a falta de investimento na área da educação, faz com que a procura pelo curso de Licenciatura em Geografia seja menor, vale ressaltar que no vestibular da UFRGS o curso de Geografia não está separado em Bacharelado e Licenciatura, fazendo com que os respectivos dados acabem sendo generalizados.

Os vestibulares com seu histórico têm por si só a problemática da exclusão, tal qual, não se pode deixar de se analisar o contexto socioeconômico presente na sociedade, fazendo com que o a forma de ingresso, no caso via a realização de uma bateria de provas, se torne um fator de repulsão de determinadas camadas da população brasileira ao Ensino Superior.

A ideia de exame vestibular é tão arraigada no Brasil, que é naturalizada como uma forma segura e imparcial de medir o “mérito” entre os candidatos à universidade. No seu afã seletivo, o vestibular foi se aperfeiçoando, até se tornar um verdadeiro leito de Procusto, que favorece aqueles que dispõem de maior capital cultural e recursos financeiros que os diferenciem dos demais concorrentes. Candidatos de famílias da elite têm como, praticamente, monopolizar as vagas dos cursos de sua preferência. (OLIVEN; BELLO, 2017, p.350)

As cotas surgem do berço de ações afirmativas presentes nas universidades brasileiras. O sistema de cotas evidencia a importância de dar assistência para camadas da sociedade que por todo um processo histórico e cultural acabaram sendo excluídas, e nisso se encaixa o acesso a uma educação de Ensino Superior público e gratuito (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017).

O surgimento da Lei nº 12.711/2012 também conhecida como Lei de cotas, não se deu por acaso, e sim, como fruto de lutas e resistências de grupos e movimentos sociais, dentre eles destaca-se o Movimento Negro, tendo uma ampliação de diversos grupos após abolição da escravatura em 1888, pois a população afrodescendente no Brasil, mesmo após o período escravocrata, seguiu sendo marginalizada dentro da sociedade brasileira, tendo na raiz desses movimentos a luta pela reversão dessa segregação no nosso país (DOMINGUES, 2007). No ano de 2001 foi realizada em Durban na África do Sul, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, organizada pela ONU, onde os movimentos negros tiveram um papel de extrema importância ao evidenciar para o mundo o racismo impregnado no território brasileiro (ALVES, 2002).

A exposição feita pelos movimentos negros, de um Brasil preconceituoso perante os olhos do mundo na conferência de Durban, fez com que o governo brasileiro da época, assumisse uma política de combate ao racismo, desenvolvendo programas sociais, a fim de reparar danos de uma longa história de segregação sociocultural. Segundo Guarnieri e Melo-Silva (2017) a partir desse momento “ações afirmativas adquirem relevância, visto se tratar de uma alternativa que ao invés de punir o comportamento racista, enfrenta-o e promove a valorização da identidade de

grupos étnico-raciais em desvantagem socioeconômica.” (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017, p.184).

As políticas afirmativas têm sua extrema importância para uma maior democratização do Ensino Superior brasileiro, mesmo que dados nos mostrem um problema na distribuição das vagas, essa ação que foi efetivada na UFRGS entre 2008 e 2012, pode ter sido um fator facilitador para implementação da Lei de Cotas em 2013, na qual, acaba sendo evidenciada nos editais dos vestibulares dos anos seguintes.

4 A GÊNESE DO VESTIBULAR DA UFRGS: UMA ANÁLISE DOS EDITAIS DE 2011 ATÉ 2018

Neste capítulo são apresentados os editais dos concursos vestibulares da UFRGS de 2011 até 2018, realizando primeiramente uma análise mais generalizada, mostrando a gênese do significado de um edital público, amparados na constituição de 1988, mostrando seu papel para a disputa e obtenção de vagas em diferentes órgãos públicos no Brasil, dito isto, logo após realiza-se uma redução da escala geográfico, tendo como foco principal a análise dos vestibulares da UFRGS e dos seus editais.

Tal análise se projetou em identificar possíveis impeditivos no processo de democratização do Ensino Superior brasileiro, e que se fazem visíveis nos editais dos vestibulares da UFRGS, e que podem, de algum modo, interferir no ingresso do candidato a universidade. Desta forma, foram esmiuçados itens específicos como: Disposições Gerais dos Editais; Provas Comuns e Pré-classificação e classificação.

4.1 Antes de mais nada: O que são os editais?

Ao comprar um brinquedo novo, no qual, necessita de processos para sua montagem, junto a ele vem o que conhecemos como “manual”, dando instruções para o passo a passo do processo que é necessário a ser feito para que o brinquedo enfim fique de maneira adequada para a sua utilização. Os editais passam a ser o manual do candidato no processo do vestibular, dando instruções desde a inscrição até o momento de lotação de vaga em caso de aprovação, nada pode ser ignorado ou descumprido pelos candidatos, justamente por isso, sua leitura e interpretação são fundamentais.

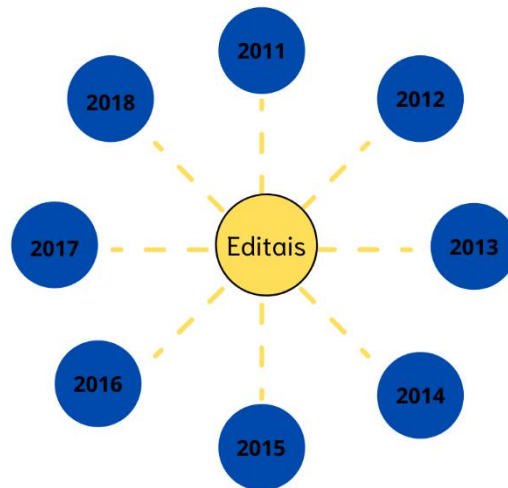
Os editais são mecanismos que passam a garantir o caráter de publicidade aos atos efetuados em instituições públicas brasileiras, o Art. 37 da constituição federal de 1988 deixa explícito que a publicidade é um dos princípios da Administração Pública, assim, “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (BRASIL, 1988, p.38).

O § 1º do Art. 37, também reforça o papel dos editais, nele ao explicitar que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.39).

Assim, entende-se que os editais têm que, dentre outras coisas, cumprir uma função educativa, informativa e de orientação social, portanto, devem dialogar com o público a que se destinam. No caso do vestibular é mister a necessidade de serem acessíveis a diferentes públicos e atender suas demandas, assim, o tema deste trabalho cumpre uma função social, ao alertar professores/as e gestores públicos sobre a importância do estudo e problematização dos próprios editais, bem como, o que eles materializam (políticas educacionais, lutas de movimentos sociais, decisões institucionais etc.), partes integrantes do acesso ao Ensino Superior no Brasil.

Após identificar, de forma sucinta, o princípio básico da publicidade prevista na constituição federa e o papel dos editais públicos, foram realizadas análises dos Editais dos Vestibulares da UFRGS de 2011 até 2018 como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Editais dos Vestibulares UFRGS: o sol da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

A Figura 1 faz uma analogia com o movimento de translação de planetas ao redor do sol. O edital acaba agindo como o astro que sustenta os concursos vestibulares da UFRGS, assim como o sol é necessário para a vida no planeta Terra. Ao reduzir a escala geográfica e realizar um comparativo dos respectivos anos com a Terra, os editais também passaram por modificações. Ao longo dos anos, o ser humano, por meio da evolução das técnicas e ações, passou a modificar o espaço geográfico (SANTOS, 2002) e com os editais de 2011 até 2018 não foi diferente, o espaço geográfico da UFRGS também se modificou.

As análises dos editais de 2011 até 2018, recorte temporal escolhido para a pesquisa, demonstram que tais editais continuam com um propósito de instruir o candidato e ao mesmo tempo dar publicidade, tornar legal, e porque não dar vida ao concurso vestibular da UFRGS, ao passo que são os instrumentos públicos de regramento e transparência para o processo de seleção, porém passando por modificações ao longo dos anos, pois assim como o espaço geográfico ele se altera conforme as necessidades atuais dos seres humanos. A partir disso, o Quadro 6 mostra de maneira geral os tópicos dos editais, para que se compreenda melhor a relação entre sua estrutura e as partes que o compõe.

Quadro 5. Apresentação geral dos Editais

PRINCIPAIS TÓPICOS	PANORAMA GERAL DOS TÓPICOS
1 – Disposições gerais	Neste tópico se tem um resumo geral dos editais, como por exemplo: locais de prova, modalidades de cotas.
2 – Inscrição	Tópico de extrema importância, pois nele são citados pontos como: tipos de documentos, valor da inscrição, locais de prova etc.
3 – Cursos/vagas/ato legal/conceito Enade/ conceito legal/local de funcionamento	De forma esmiuçada apresenta características como a classificação do curso no Enade ¹² , o campus do curso etc.

¹² O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>

4 – Provas de habilitação específica	Cursos como Artes Visuais, Teatro e Música, necessitam de uma prova específica. Após conseguir aprovação, o (a) candidato (a) vai para a segunda etapa, que é o vestibular com questões objetivas.
5 – Provas comuns	Nesse tópico são apresentados os horários com as respectivas datas, documentos necessários para entrar no local de prova, além de normas sobre eletrônicos, comida etc.
6 – Pré-classificação e classificação	A pré-classificação passa pela correção da redação, sobre o peso dela, e o critérios para correção. Na classificação a fórmula usada para se obter as notas é apresentada para os (as) candidatos(as), além de critérios para uma possível eliminação.
7 – Ocupação das vagas e publicação dos resultados	Detalhes como a ocupação de vagas no ingresso universal e com ações afirmativas, passam a ser esmiuçadas no Tópico 7.
8 – Comprovações para ingresso	Entrega de documentação de forma digital no Portal, assinatura de autodeclaração étnico-racial e para candidatos com deficiência será necessário o laudo médico.
9 – Divulgação dos resultados para a comprovação do ingresso	Resultado geral das análises de ingresso do candidato, isso após aprovação.
10 – Perda da vaga	Pontos específicos deixando claro motivos para a perda da vaga do candidato.
11 – Recurso das comprovações para ingresso	Questão de recursos perante a negação da vaga ao candidato. Nesse caso, dando um passo a passo do que deverá ser realizado.
12 – Disposições finais	Recapitulação final dos passos referentes ao processo de documentação que o candidato deverá realizar.

FONTE: organizado pelo autor, 2021, com os dados disponíveis em <http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/anteriores>. Acesso em: 20 set. 2021.

O Quadro 5 apresenta de forma resumida os tópicos dos Editais do vestibular da UFRGS, mas nesse trabalho, serão analisados de maneira individual os itens: 1 – Disposições gerais; 5 – Provas comuns; 6 – Pré-classificação e classificação. Esse diagnóstico é de extrema importância para o andamento do trabalho, a fim de

apresentar com melhor exatidão a estrutura dos editais, podendo realizar conexões dos itens presentes nos Editais dos concursos vestibulares da UFRGS com a democratização do Ensino Superior no Brasil.

4.2 Disposições gerais dos editais

A parte de Disposições Gerais, é a base de todo o restante do edital, pois faz um resumo geral do que o candidato precisa saber para a realização do vestibular. Nesta seção, são abordadas as partes 1.1, 1.2, 1.4, 1.5.2, 1.5.4, tendo como enfoque processos que vão ao encontro com o assunto do capítulo 3, no qual foram discutidas algumas questões sobre o vestibular e sua relação com a democratização do Ensino Superior. (EDITALCV, 2011-2018).¹³

Para uma melhor visualização dos tópicos dos editais, ao longo deste capítulo serão apresentados distintos quadros com os Itens que compõe a estrutura Disposições Gerais. Veja o Quadro 6, em que são apresentados dados básicos, porém de extrema importância para os candidatos, colaborando para uma discussão mais ampla sobre o tema.

Quadro 6 – Disposições Gerais dos editais; Itens 1.1, 1.2 e 1.4

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS EDITAIS			
ANOS	1.1	1.2	1.4
2011 - 2018	O Concurso Vestibular destina-se a candidatos que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio até a data prevista para a entrega de documentos, no ato de matrícula.	A seleção para provimento das vagas compreenderá nove provas de conhecimentos do Ensino Médio, mediante aplicação de provas objetivas de escolha múltipla e de uma prova de Redação em Língua Portuguesa	As provas do CV/2011 serão aplicadas nas seguintes cidades do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Bento Gonçalves e Imbé/Tramandaí

Quadro 6: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

O Quadro 6 nos remete ao início desse manual que é o Edital do Concurso Vestibular da UFRGS, não sofrendo alteração alguma durante o recorte de tempo do estudo de 2011 até 2018, mas possui enorme relevância ao evidenciar ao candidato

¹³ Editais do CV UFRGS selecionados para a pesquisa: 2011 até 2018. Para título de citação e identificação ao longo do texto será usada a abreviação EditalCV2011-2018.

no Item 1.1 a necessidade da conclusão do Ensino Médio para se obter a vaga em caso de aprovação, e o Item 1.2 ao citar o modelo da prova enfatiza que “provas de conhecimentos do Ensino Médio”, mas de qual público? Porém, tal resposta, não compete aos editais, pois a sua finalidade é instruir e não mostrar obstáculos dentro do seu próprio concurso.

O Item 1.4 do Quadro 6 refere-se aos locais onde as provas do concurso vestibular da UFRGS são realizadas, mas o que parece simples, pode acabar se tornando um obstáculo para os candidatos, já que a UFRGS utiliza apenas 3 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul¹⁴ (RIO GRANDE DO SUL | CIDADES E ESTADOS | IBGE). A questão do local de prova, vai além da logística que deve ser realizada pelo candidato, pois a sua locomoção lhe custará dinheiro, sendo um empecilho para a população com menor condição de renda que acaba levando a uma segregação socioeconômica e racial (PICANÇO, 2016).

Ao longo dos capítulos anteriores foram abordados diversos assuntos que se entrelaçam em um papel importante para a democratização do Ensino Superior no Brasil. A partir disso, o Quadro 7 apresenta os sistemas de ingresso na UFRGS por meio do seu Concurso Vestibular (CV). O recorte realizado se faz necessário para se obter uma melhor compreensão das modalidades presentes e as modificações de 2011 até 2018.

Quadro 7 – Disposições Gerais dos editais; Item 1.5.2

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS EDITAIS	
ANOS	1.5.2
2011, 2012 e 2013	O candidato que desejar concorrer também às vagas destinadas ao sistema de ingresso por Reserva de Vagas deverá assinalar sua opção no ato da inscrição no CV. Neste caso, o candidato deverá assinalar uma das duas opções: a) candidato egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio; ou b) candidato egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio autodeclarado negro.
2014 - 2015	O candidato que desejar concorrer também às vagas destinadas ao sistema de ingresso por Reserva de Vagas deverá assinalar sua opção no ato da inscrição no CV. Neste caso, o candidato deverá assinalar uma das quatro modalidades a seguir: a) modalidade Ra - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; b) modalidade Rb - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena; c) modalidade Rc - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita;

¹⁴ Obviamente que a UFRGS não é a única Instituição Federal no RS, há outras instituições que cumprem suas funções regionais dentro do estado. No entanto, é visível que há candidatos de inúmeros lugares do RS e do sul do Brasil.

	d) modalidade Rd - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena;
2016 - 2017	O candidato que desejar concorrer também às vagas destinadas ao sistema de ingresso por Reserva de Vagas deverá assinalar sua opção no ato da inscrição no CV. Neste caso, o candidato deverá assinalar uma das quatro modalidades a seguir: a) modalidade L1 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; b) modalidade L2 - candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena; c) modalidade L3 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; d) modalidade L4 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena;
2018	O candidato que desejar concorrer também às vagas destinadas ao sistema de ingresso por Reserva de Vagas deverá assinalar sua opção no ato da inscrição no CV. Nesse caso, o candidato deverá assinalar uma das oito modalidades a seguir: a) modalidade L1 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; b) modalidade L2 – candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena; c) modalidade L3 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar; d) modalidade L4 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, autodeclarado preto, pardo ou indígena; e) modalidade L9 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita que seja pessoa com deficiência; f) modalidade L10 – candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena e que seja pessoa com deficiência; g) modalidade L13 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar que seja pessoa com deficiência; h) modalidade L14 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, autodeclarado preto, pardo ou indígena e que seja pessoa com deficiência.

Quadro 7: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

O Quadro 7 apresenta as diferentes categorias de ingresso de um candidato via Vestibular da UFRGS, corroborando para a pesquisa, ao identificar se houve avanços ou não no acesso da população na universidade, realizando um breve estudo comparativo entre os anos de 2011 até 2018. Os anos de 2011, 2012 e 2013 são marcados por uma transição das políticas afirmativas, que tiveram sua implementação devido a luta de movimentos sociais, colaborando para uma maior diversidade dentro da comunidade universitária, desde a sua efetuação em 2007 até a implementação da Lei de Cotas de 2012 (OLIVEN; BELLO, 2017).

Após o processo de transição das ações afirmativas para a Lei de Cotas de 2012, os editais dos anos de 2014 até 2018 acabam se distinguindo dos anos de 2011 até 2013. As questões socioeconômicas passaram a ser inseridas nos editais, sendo

uma modalidade independente da sua condição financeira, que neste caso, são núcleos familiares com renda superior a 1,5 salários-mínimos. As políticas afirmativas passam a ter em sua implementação, um viés de retratação histórica a classes e grupos que por muito tempo foram quase que totalmente excluídas dentro da sociedade brasileira.

A ampliação dos modos de ingresso via Vestibular da UFRGS estão inseridos nesse contexto de retratação, mas ao mesmo tempo que se tem um possível avanço no processo de democratização na universidade, não se pode considerar que todos os problemas e percalços estão resolvidos, o contexto histórico e o próprio processo seletivo competitivo são agravantes ao acesso à educação superior, o que faz uma pessoa negra mesmo em uma classe social semelhante a uma pessoa branca acabe tendo um acúmulo maior de desvantagens (PICANÇO, 2016).

Foi fundamental identificar que as oportunidades para avançar em direção à educação superior são mais desigualmente distribuídas entre brancos e negros quando estes estão nos polos de renda. A constatação por si só traz duas questões. A primeira é de que mesmo na pobreza a cor tem um efeito importante nos destinos escolares dos jovens. A segunda, que a renda termina por não dar conta exclusivamente das desigualdades, dado que a desigualdade no quintil mais rico é alta. (PICANÇO, 2016, p.126).

No ano de 2016, a Lei N° 13.409 foi sancionada pelo presidente Michel Temer, ocasionando modificações nos artigos 3°, 5° e 7° na Lei n° 12.711, também conhecida como Lei de Cotas, as alterações passam a destinar uma porcentagem das vagas para pessoas com deficiências, sendo posto em prática no Edital do Concurso Vestibular da UFRGS de 2018, passando a ser apresentada no Quadro 8 pelas modalidades L9, L10, L13, L14 (L13409, 2018).

A apresentação das modalidades de ingressos via vestibular da UFRGS é algo fundamental para os candidatos, pois com as inscrições passa a ser possível realizar um estudo sobre os inscritos e os cursos escolhidos. Outro fator importante é a porcentagem de vagas disponibilizadas em cada uma destas modalidades que foram apresentadas no Quadro 7. O Quadro 8 apresentado na sequência, tem como intuito expor a distribuição de vagas dentro das modalidades, oferecendo uma melhor compreensão sobre possíveis avanços nas políticas afirmativas.

Quadro 8 – Disposições Gerais dos editais; Item 1.5.4

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS EDITAIS	
ANOS	1.5.4
2011 – 2012	Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS, será garantido, no mínimo, 30% (trinta por cento) para candidatos optantes egressos do ensino público.
2013	Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS, será garantido 30% (trinta por cento) para o Programa de Ações Afirmativas.
2014 – 2015	1.5.4 - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS, será garantido no mínimo 30% (trinta por cento) para o Programa de Ações Afirmativas, assim subdivididas: I - no mínimo 50% para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados preto, pardos ou indígenas (modalidade Rb); b) no mínimo 50% serão destinadas aos demais candidatos (modalidade Ra). II - as demais vagas serão destinadas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo nacional per capita, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados preto, pardos ou indígenas (modalidade Rd); b) no mínimo 50% serão destinadas aos demais candidatos (modalidade Rc).
2016 – 2017	1.5.4 - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS, será garantido no mínimo 50% (cinquenta por cento) para o Programa de Ações Afirmativas, assim subdivididas: I - no mínimo 50% para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (modalidade L2); b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos (modalidade L1). II - as demais vagas serão destinadas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio Brasileiro, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (modalidade L4); b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos (modalidade L3).
2018	Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS, será garantido no mínimo 50% (cinquenta por cento) para o Programa de Ações Afirmativas, assim subdivididas: I - no mínimo 50% para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo: 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L10); 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L2); b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos, sendo: 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L9); 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L1); II - as demais vagas serão destinadas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, das quais: a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo: 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L14); 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L4); b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos, sendo: 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L13); 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L3).

Quadro 8: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

O Quadro 8 tem uma importância significativa para o andamento do trabalho, ao se tratar do processo de democratização do Ensino Superior no território brasileiro, se torna imprescindível realizar um estudo comparativo, neste caso, é apresentado a porcentagem da distribuição das vagas sobre suas modalidades entre os anos de 2011 até 2018, contribuindo para uma análise sobre os avanços das políticas afirmativas dentro do vestibular da UFRGS.

A Lei N° 12.711/2012 conhecida como Lei de Cotas forneceu maior permeabilidade dentro do sistema educacional, possibilitando que públicos historicamente segregados conseguissem ter alguma oportunidade de entrar na universidade, já que a partir desta lei passa a ser obrigatório que 50% das vagas serem são destinadas ao público de escola pública, levando em consideração a proporção de negros e indígenas presentes na sociedade (PICANÇO, 2016). Até o ano de 2015 eram destinadas 30% das vagas para as ações afirmativas, dentro dessa porcentagem se tinha outra divisão para as vagas destinadas para as determinadas cotas. A partir de 2016 passou a ser destinada 50% das vagas para candidatos cotistas, mas um ponto é importante de se tratar, que dentro desses 50% há uma fragmentação, pois há diversas modalidades inseridas nas ações afirmativas, isso faz com que o número destinado para o acesso universal ainda seja maior.

As Disposições Gerais dos editais mostram para o candidato o passo a passo do vestibular, trazendo questões como: locais onde ocorrerão o concurso, destino das vagas, porcentagem de lotação etc. Após apresentação de sua estrutura, as provas passam ser o próximo objeto de análise e estudo de quem vai prestar o vestibular e por isso será apresentada em seguida neste trabalho.

4.3 Provas comuns

Como dito anteriormente, o edital age como um manual de instruções para o candidato que pretende prestar o concurso vestibular, sendo assim, será apresentado ao longo deste subtítulo, no Quadro 9, especificações sobre o Item 5 “Provas Comuns” dos editais, realizando um recorte do 5.15, que apresenta para os candidatos dados essenciais sobre os moldes das avaliações dos vestibulares da UFRGS de 2011 até 2018.

PROVAS COMUNS	
ANOS	5.15 AVALIAÇÃO
2011 – 2018	5.15.1 - O Concurso Vestibular constitui-se de provas que visam a avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos candidatos nas matérias do núcleo comum do Ensino Médio, matérias essas que, para fins deste concurso, são as seguintes: Física, Literatura de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Língua Portuguesa e Redação, Biologia, Química, Geografia, Matemática e História. Cada conjunto de questões de uma matéria constitui uma prova.
2011 – 2018	5.15.2 - As provas serão iguais para todos os candidatos, exceto as de Língua Estrangeira Moderna.
2011 – 2018	5.15.3 - A prova de Língua Portuguesa e Redação incluirá 25 questões de escolha múltipla e uma parte específica que corresponde à Redação. Cada uma das partes representa 50% do escore bruto total da prova de Língua Portuguesa e Redação.
2011 – 2018	5.15.4 - As demais provas conterão 25 questões de múltipla escolha.

Quadro 9: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

Ao realizar um concurso vestibular, muitos candidatos passam a se preparar por longos meses, devido à dificuldade para conseguir aprovação em determinados cursos, e o Quadro 9 apresenta as barreiras presentes dentro da estrutura da prova, como o número de questões e quantidade distintas de matérias que serão cobradas dos concorrentes. O Item 5.15.1 apresenta para o candidato as matérias das respectivas provas, salientando que serão cobrados conteúdos referentes aos “conhecimentos adquiridos pelos candidatos nas matérias do núcleo comum do Ensino Médio”, desconsiderando qualquer contexto socioeconômico no trajeto de aprendizagem ao longo da Educação Básica.

As provas do vestibular se distinguem do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no qual, tem um viés mais interdisciplinar, exigindo do concorrente um conhecimento mais generalizado, pois sua estrutura é por áreas do conhecimento¹⁵, já o vestibular da UFRGS atua de forma mais exclusiva, o que pode deixar sua prova mais conteudista e assim aumentando seu nível de dificuldade, pois cada matéria tem uma prova individual com 25 questões, sendo apresentada no Item 5.15.4.

¹⁵ Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias.

O vestibular da UFRGS é fragmentado em quatro dias distintos, sendo cada um com diferentes provas e números de questões, tendo em comum o tempo oferecido para todas de 4h30 minutos para a sua execução. À fim de uma melhor visualização o Quadro 10 apresenta a organização de cada dia do Concurso Vestibular, visando fazer relação com o Quadro 10 e a organização das avaliações.

Quadro 10 – Organização dos quatro dias de provas

HORÁRIO	PROVAS	DURAÇÃO DAS PROVA
08h30min	Física, Literatura de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna	4 horas e 30 minutos
08h30min	Língua Portuguesa e Redação	4 horas e 30 minutos
08h30min	Biologia, Química e Geografia	4 horas e 30 minutos
08h30min	História e Matemática	4 horas e 30 minutos

Quadro 10: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

O Item 5.15.4 expressa de forma clara que cada prova é composta por 25 questões, o que faz o primeiro e terceiro dia 75 questões para serem resolvidas, sendo abordado assuntos e áreas de conhecimento distintas, além do tempo para a resolução de cada questão, que passa a ser quatro minutos por questão nesses dias. O concurso vestibular pode gerar diferentes sentimentos nos candidatos ao longo do seu preparo para as respectivas provas, mas também durante sua execução, fazendo com que cada segundo passe a ser precioso, sendo a ansiedade mais um fator negativo desse processo de entrada na universidade (D'AVILA, 2003).

Os cursinhos populares atuam como um elo de alunos da Escola Pública e de baixa renda ao vestibular da UFRGS. Esses projetos, por vezes, agem em esferas diversas, que vão além dos possíveis conteúdos a serem exigidos nos exames de suas respectivas matérias, as quais são exigidas para a entrada na UFRGS, conforme demonstrado no item 5.15.1 no Quadro 9. A equipe de professores e coordenação compreendem a formação de seus alunos na Educação Básica e suas condições socioeconômicas, auxiliando da melhor maneira possível no preparo desse candidato para as futuras avaliações (PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010).

O concurso vestibular pode ser perverso, pois no caule de sua raiz está inserido um DNA de exclusão, no qual, passa a ser apresentado pelos editais, que continuam exercendo sua função de informar e instruir os candidatos. Por outro lado, sua estrutura apresenta pontos importantes, que podem levar a eliminação automática

do concorrente, caso sejam desconhecidos ou não interpretados corretamente pelos candidatos. Daí advém umas das importantes contribuições sociais desta pesquisa, problematizar e quiçá contribuir para a diminuição das exclusões, ao chamar atenção para a importância do tema, que pode/deve fazer parte do rol de preocupações coletivas de professores, escolas, universidades e das políticas públicas educacionais.

4.4 Pré-Classificação e classificação

O processo de democratização do Ensino Superior no Brasil possui diversas barreiras, sendo um deles o interesse do capital, representado pelo avanço das instituições privadas, que segundo o Censo da Educação Superior (2019) tem o 75,8% das matrículas, mostrando uma discrepância e evidenciando o interesse voltado ao lucro, já que o setor público conta um número três vezes menor de matriculados, mesmo com a inserção e um significativo aumento na década de 2000, hoje o Ensino Superior público registra 24,2% de matrículas (PICANÇO, 2016).

Com a os avanços sociais ocasionados no início dos anos 2000, a população brasileira passou por modificações na sua estrutura demográfica, pois houve uma elevação na expectativa de vida, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), redução da extrema pobreza, com um dos programas mundialmente reconhecidos, chamado de Bolsa família, que para o auxílio crianças e adolescentes precisam de 85% de presença nas aulas (COSTAS, 2016). Com a população desejando ingressar no Ensino Superior, por vezes, o sistema de oferta e demanda se torna desproporcional, já que o número de vagas é muito menor do que de inscritos no vestibular.

Nos editais do concurso vestibular da UFRGS, o item 6.3 tem como título “Critérios de Eliminação”, apresentando para os candidatos alguns objetivos necessários a serem obtidos, caso contrário ocorrerá a exclusão imediata do concorrente. O Quadro 11 apresenta os pontos inseridos dentro do item 6.3, a fim de corroborar com o andamento das análises, especialmente no que se refere a relação da estrutura dos vestibulares e seu possível poder de retração ao avanço da democratização do Ensino Superior público.

Quadro 11 – Critérios de eliminação

ANOS	CRITÉRIOS
2011 – 2018	a) não acertarem no mínimo uma questão em cada uma das nove provas constituídas por itens de escolha múltipla;
2011 – 2018	b) atingirem menos de 30% de acertos no total das questões de escolha múltipla das nove provas;
2011 – 2018	c) obtiverem em qualquer uma das nove provas escore padronizado igual ou menor do que zero;
2011 – 2018	d) obtiverem escore inferior a 30% do escore máximo na prova de Redação.

Quadro 11: Elaborado pelo autor, com dados do EDITALCV - UFRGS, 2011-2018.

A frase “vestibular é a porta de entrada para a universidade”¹⁶ é dita com frequência na nossa sociedade, o que pode ocultar o verdadeiro sentido desses concursos, que nada mais é a eliminação dos concorrentes. O Quadro 11 apresenta informações e pontos que devem ser cumpridos pelos candidatos para seguir concorrendo a uma vaga, no item B, a exigência é que se tenha 30% das 225 questões gerais, obrigando o candidato acertar 68 questões, tal critério de eliminação não leva em consideração a trajetória de preparo durante o ano, se há conhecimento ou não sobre a estrutura da prova, apenas está inserido no edital mais uma maneira de eliminar o candidato.

A porcentagem mínima de acertos exigida no concurso vestibular, vai além de um problema em escala ampla das 225 questões, mas também como em uma escala reduzida, desta forma analisando individualmente as nove provas. O candidato para chegar às 68 questões necessárias, precisa acertar 30% em cada uma das provas individuais, sendo 8 questões das 25. Para uma melhor compreensão da dificuldade

¹⁶ Atuando como professor em cursinhos pré-vestibulares, me deparei algumas vezes com essa frase, o que me deixou pensativo a ponto de me perguntar: será mesmo que é a porta de entrada?

imposta, a prova de Geografia será utilizada como exemplo, pois nela são cobrados diversos conteúdos que vão desde geologia até conflitos no Oriente Médio, que por vezes, pode dar um caráter conteudista para o exame, mas os problemas não param por aí, pois não é apenas uma, mas sim, inserida nove provas com a mesma metodologia.

A partir dos itens inseridos na parte 6.3 dos editais da UFRGS de 2011 até 2018, é possível explorar com maior precisão a identidade segregatória presente nos concursos, Soares (2007) corrobora ao dizer “Na realidade brasileira, no entanto, muito mais do que porta de entrada, o vestibular acaba se tornando porta de saída, uma vez que a maioria dos candidatos não será classificada e não ingressará na universidade pretendida, vista a imensa desproporção candidato/vaga” (SOARES *et al.*, 2007).

As possíveis barreiras apresentadas nos editais surgem como uma espécie de maquiagem para os problemas na Educação Superior no território brasileiro, que mesmo com possíveis avanços no processo democrático via implementação de políticas afirmativas, grande parcela da população não tem acesso à universidade pública. Segundo o Censo da Educação Superior de 2019, estão matriculados 8.603.824, sendo apenas 2.080.164 matriculados na rede pública, além disso, o Censo apresenta uma estagnação no processo de democratização do Ensino Superior público ao relatar “Com mais de 6,5 milhões de alunos, a rede privada tem três em cada quatro alunos de graduação. Em 2019, a matrícula, na rede pública, cresceu 0,1% e, na rede privada, 2,4%” (CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR, 2019, p.19), demonstrando assim, o enorme desafio para que haja uma democratização no Ensino Superior no território brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar os possíveis percalços para o processo de democratização do Ensino Superior, tendo como ator principal o vestibular da UFRGS e os seus editais, desta forma, se fez necessário que a pesquisa partisse de uma escala macro, ou seja, âmbito nacional para uma escala micro, nesse caso regional trazendo a UFRGS. Diversos pontos analisados foram de extrema importância para identificação de possíveis correlações entre o Ensino Superior brasileiro e os itens inseridos nos Editais do Concurso Vestibular da UFRGS de 2011 até 2018, como os interesses do capital com educação, implementação de políticas afirmativas, e a importância dos cursos populares na caminhada de alunos advindos das camadas sociais mais pobres, que em geral que concluíram a educação básica em escolas públicas, até os dias das respectivas provas.

A inspiração pelo estudo sobre os Editais dos concursos vestibulares da UFRGS e a suas possíveis barreiras para um processo democrático na Educação Superior emergiu da minha experiência pessoal como professor de Geografia em cursinhos pré-vestibulares popular, onde adquiri uma visão mais ampla da segregação instaurada dentro do sistema educacional brasileiro e a importância do professor dentro da sala de aula, que ultrapassa barreiras dos conteúdos, é mais do que ir ensinar relevos, espaço rural e urbano, geopolítica e etc., pois isso de nada pode adiantar se o aluno não obtiver um conhecimento sobre os editais e pontos chaves que antes mesmo da realização da prova, pode levá-lo a sua desclassificação do concurso, bem como, de uma visão crítica e ampla sobre o tema.

A partir de uma análise sobre o processo de democratização do Ensino Superior no Brasil, se fez possível trazer para o trabalho os concursos vestibulares, que tem em sua raiz um processo de exclusão, pois não são todos os concorrentes que conseguem entrar na universidade por meio dessas baterias de provas, passando a ter um viés repulsivo para a população, principalmente para alunos inseridos nas camadas mais carentes da população brasileira, oriundos de uma Educação Básica pública, que ao longo do tempo passou por diversos sucateamentos. Os vestibulares com sua atuação classificatória e meritocrata, contribuem para que se tenha uma elitização do ambiente universitário brasileiro, e na UFRGS não é diferente, cursos

com maior apreço no mercado de trabalho são os mais concorridos no vestibular, levando dezenas de pessoas a disputar por uma vaga.

Deste modo, os concursos vestibulares da UFRGS têm em seus editais itens correlacionados com impeditivos que afastam o candidato da conquista da sua vaga, isso é apresentado no trabalho, por exemplo, o Item 6.3 com os “Critérios de eliminação”, no qual, o número mínimo de acertos é cobrado dos concorrentes, ignorando todo um contexto socioeconômico no território brasileiro.

Os Editais dos Concursos Vestibulares da UFRGS ajudam na realização de uma análise mais detalhada de possíveis avanços no âmbito educacional voltado para a democratização do Ensino Superior, trazendo a porcentagem de vagas disponíveis para as ações afirmativas, sendo de extrema importância a implementação da Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, que tem como público alvo alunos oriundos da Educação Pública, indo ao encontro da pesquisa atual.

O Concurso Vestibular da UFRGS, mesmo com avanços em políticas públicas voltadas para a educação, continua com um viés eliminatório e meritocrata no seu DNA, mas os editais elaborados passam a seguir um molde da educação em uma escala nacional, demonstrando que para um acesso mais amplo da população brasileira na universidade pública o caminho a ser trilhado ainda é muito longo, e que os vestibulares são apenas um tumor maligno, mas que ainda tem tratamento paliativo dentro desse organismo doente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 45, p. 198–223, 2002.
- ALVES, Rubem. O vestibular é uma aberração. *In*: REVISTA CULT. 7 dez. 2011. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/vestibular/>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- APRESENTACAO_CENSO_DA_EDUCACAO_SUPERIOR_2019.PDF. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CONSTITUIÇÃO. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.
- CRESWELL, John W; ROCHA, Luciana de Olivera da; SILVA, Maria Imilda da Costa e. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- D'AVILA, Geruza Tavares. Vestibular: fatores geradores de ansiedade na “cena da prova”. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, [s. l.], v. 4, n. 1–2, p. 105–116, 2003.
- KLITZE, Melina; SATO, Silvana Rodrigues de Souza. **Política de Ação Afirmativa em Duas Universidades Federais Brasileiras (UFRJ e UFSC): Análise de Variáveis Que Compõem O Perfil Dos Classificados no Curso de Medicina**. In: DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia. A expansão desigual do ensino superior no Brasil: Editora Appris, 2021.
- DENSIDADE DE CANDIDATOS POR CURSO. Disponível em: https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2014/densidade_2014.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s. l.], v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007.
- GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183–193, 2017.
- L13409. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 21 out. 2021.
- NETTO PEREIRA, Tomaz. A Contribuição da geografia dos cursinhos populares para a democratização do ensino superior. 2018.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, p. 339–374, 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, p. 11, 2010.

PICANÇO, Felícia. JUVENTUDE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 1, p. 109–131, 2016.

RIO GRANDE DO SUL | CIDADES E ESTADOS | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**: EdUSP, 2002.

SIMÃO, Felipe; NETO, Nathanael; TORRES, Julio. Pré-vestibulares populares e a democratização do acesso ao ensino superior. **Revista ORG & DEMO**, v. 21, p. 57–70, 2020.

SOARES, Dulce Helena Penna *et al.* Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 746–759, 2007.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da invenção do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, [s. l.], p. 289–297, 2010.

XAVIER, Maria Luisa M de F. Escola contemporânea: o desafio do enfrentamento de novos papéis, funções e compromissos. **IN: Pedagogias Sem Fronteiras. Org. BUJES, Maria Isabel H. e BONIN, Iara T. Canoas: Ed. ULBRA**, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições**, p. 23-45, 2012.

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

ALVES, Rubem. FOLHA DE S.PAULO - EDUCAÇÃO - SELEÇÃO NATURAL - 18/12/2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1812200513.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

COSTAS, Ruth. BBC - O LEGADO DOS 13 ANOS DO PT NO PODER EM SEIS INDICADORES INTERNACIONAIS. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 27 out.2021.

LISTA DOS EDITAIS DOS CV DA UFRGS UTILIZADOS NA PESQUISA E SEUS RESPECTIVOS LINKS

Edital Concurso vestibular 2011	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2011/edital/at_download/file
Edital Concurso vestibular 2012	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2012/concurso-vestibular-2012/edital
Edital Concurso vestibular 2013	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2013/concurso-vestibular-2013/edital
Edital Concurso vestibular 2014	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2014/concurso-vestibular-2014/EDITAL_CV2014.pdf
Edital Concurso vestibular 2015	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2015/concurso-vestibular-2015/EDITALCV2015.pdf
Edital Concurso vestibular 2016	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2016/concurso-vestibular-2016/copy_of_EDITALCV2016.pdf
Edital Concurso vestibular 2017	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2017/concurso-vestibular-2017/EDITALCV2017FinalPgina.pdf
Edital Concurso vestibular 2018	http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/antiores/2018/concurso-vestibular-2018/EDITALCV2018FINALPGINA.pdf